

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

**Projeto Político Pedagógico e atuação da coordenação pedagógica***Political Pedagogical Project and the role of pedagogical coordination*Lilian Cristina Fonseca MENEZES<sup>1</sup>Claudio Pinto NUNES<sup>2</sup>

**Resumo:** A coordenação pedagógica articula os aspectos didático-pedagógicos da instituição de ensino, incluindo o Projeto Político Pedagógico (PPP). Esta investigação busca analisar o que as produções científicas estão discutindo sobre a relação entre o PPP e o papel do(a) coordenador(a) pedagógico(a). Para isso, desenvolveu-se uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa bibliográfica. Foi realizado o levantamento dos artigos dos últimos cinco anos, nos Periódicos da CAPES, na SciELO e Educ@. Os resultados mostraram uma lacuna nas produções científicas, sendo uma temática recente. Os dados também evidenciaram a importância dos(as) coordenadores(as) na articulação das práticas docentes e na elaboração e reconstrução desse documento. Considera-se que o PPP apresenta interesses político-ideológicos, pois esse documento institui a cultura organizacional da escola. Sendo assim, esses interesses irão refletir nas dinâmicas e interações da escola e na atuação dos(as) coordenadores(as).

**Palavras-chave:** Coordenador. Currículo. Pesquisa bibliográfica. Práticas docentes. Professores.

**Abstract:** Pedagogical coordination articulates the didactic-pedagogical aspects of the educational institution, including the Pedagogical Political Project (PPP). This research seeks to analyze what scientific productions are discussing about the relationship between the PPP and the role of the pedagogical coordinator. To this end, a qualitative bibliographical research approach was developed. A survey of articles from the last five years was carried out in CAPES journals, SciELO and Educ@. The results showed a gap in scientific production, as this is a recent topic. The data also showed the importance of coordinators in articulating teaching practices and in drawing up and reconstructing this document. The PPP is considered to have political-ideological interests, as this document establishes the school's organizational culture. As such, these interests will be reflected in the school's dynamics and interactions and in the work of the coordinators.

**Keywords:** Coordinator. Curriculum. Bibliographical research. Teaching practices. Teachers.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Especialista em Atendimento Educacional Especializado com ênfase em Educação Especial Inclusiva; especialista em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica; especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e especialista em Gestão Cultural. Licenciada em Pedagogia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6972352667231700>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9802-5016>. E-mail: [liliancfmenezes@gmail.com](mailto:liliancfmenezes@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB 1998). Mestrado em Educação e Pesquisa pela Université Du Québec À Chicoutimi (UQAC 2005). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN 2010), com Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra (UC 2008) e Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (2013). Atualmente é professor Titular Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB, do qual é coordenador. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6979931694367304>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1514-6961>. E-mail: [claudionunesba@hotmail.com](mailto:claudionunesba@hotmail.com)

## 1 Introdução

De acordo com Moreira e Silva (2002), o currículo possui interesses em sua essência. Há relações de poder, logo, não existe neutralidade, pois “[...] o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas [...], [e] produz identidades individuais e sociais particulares” (Moreira; Silva, 2002, p. 8). Esses interesses político-ideológicos e econômicos são disseminados nas políticas públicas e nos documentos curriculares.

O currículo é marcado pela lógica hegemônica (Apple, 2002; Melo; Almeida; Leite, 2023), isto é, pelo Estado capitalista que interfere em todas as esferas da sociedade. As políticas curriculares influenciam na formação docente, na escolha dos materiais didáticos e no que entra ou não no currículo. Esses aspectos coadunam com as ideias de Silva (2005), que afirma que as teorias tradicionais do currículo<sup>3</sup> seguem o modelo hegemônico para manter o *status quo*.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que explana as informações de uma instituição escolar, tais como, infraestrutura, organização do espaço-tempo, instrumentos avaliativos e a concepção de educação da escola (Guedes, 2021; Magalhães; Reis; Gehlen, 2023). Consideramos que esse documento também não é neutro. Essa concepção de educação vai ser refletida nas práticas docentes<sup>4</sup>, nos documentos curriculares e na organização do trabalho pedagógico.

Nessa conjectura, é indispensável ter um olhar para o(a) coordenador(a) pedagógico(a), já que esse(a) profissional é responsável por orientar os aspectos didático-pedagógicos, incluindo a estruturação do PPP. Sua função principal é a formação contínua dos(as) docentes (Menezes; Sedano, 2022; Oliveira; Nunes, 2023; Placco; Almeida; Souza, 2015). Essa formação contínua deve ser voltada às necessidades da comunidade escolar, sendo articulada pelo(a) coordenador(a).

Temos como objetivo analisar o que as produções científicas estão discutindo sobre a relação entre o PPP e o papel do(a) coordenador(a) pedagógico(a). Em vista disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento na Educ@, Scientific Electronic Library

---

<sup>3</sup> Segundo Silva (2005), as teorias do currículo são: as tradicionais (o enfoque está nos aspectos técnicos), as críticas (discute questões como capitalismo, classes sociais e currículo oculto) e pós-críticas (aborda aspectos como o multiculturalismo, identidades e gênero). As duas últimas buscam ir de encontro ao modelo hegemônico.

<sup>4</sup> As práticas docentes estão relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento profissional do(a) professor(a). Neste artigo, defendemos esse conceito a partir de Franco (2016).

Online (SciELO) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em relação à estrutura, organizamos em cinco seções, iniciando com a introdução da temática, objetivo de pesquisa e síntese metodológica. A segunda seção é sobre a discussão mais aprofundada do PPP, relacionando com a atuação da coordenação, a partir dos(as) autores(as) que sustentam este artigo. Na terceira seção, apresentamos o detalhamento do método e como o levantamento bibliográfico foi realizado. A quarta seção é a apresentação e discussão dos resultados, a partir dos estudos analisados e, na última seção, tecemos as considerações finais.

Destacamos que essa investigação teve apoio e financiamento do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS) e da Fundação CAPES, por intermédio do Programa de Apoio ao Pesquisador à Pós-graduação (PROAP). Também agradecemos à CAPES pelo financiamento da bolsa de estudos – Código de Financiamento 001.

## **2 Projeto Político Pedagógico e o(a) coordenador(a)**

De acordo com Guedes (2021) o PPP é um documento essencial no processo de democratização da escola e, por isso, a integração das ideias deve ser discutida no coletivo, como também a definição das prioridades e necessidades da instituição escolar devem ser discutidas entre a comunidade escolar (equipe docente, gestão escolar, coordenação e estudantes) e a comunidade externa (sociedade civil).

Guedes (2021) também enfatiza que o PPP precisa conter três dimensões que devem se articular entre si: desenvolvimento de projetos educacionais para proporcionar mudanças na escola; discutir os aspectos didático-pedagógicos, como por exemplo a avaliação da aprendizagem; e ter um posicionamento político e crítico, em consonância com os documentos legais vigentes.

O ideal é que as etapas de construção desse documento atendam aos seguintes parâmetros: i) elaboração, fase de diálogo entre a comunidade escolar, ii) implementação, período em que esse documento será efetivado nesse ambiente, e iii) avaliação, etapa para analisar e repensar se as propostas descritas, anteriormente, no documento estão em sintonia com a visão atual da escola (Guedes; Silva; Garcia, 2017). As autoras acrescentam que,

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

[...] as fases de elaboração, implementação e avaliação do PPP na perspectiva dos [Direitos Humanos] DH devem ter como base **a mobilização da comunidade e a tomada de decisões conjunta**. É necessário envolver todos para realizar o diagnóstico e definir os rumos da instituição, tomando como referência a realidade escolar. A definição do norte coletivo não é apenas institucional, mas precisa ser assumida pelos sujeitos que devem, para tanto, participar de todas as fases (Guedes; Silva; Garcia, 2017, p. 587-588, grifo nosso).

A etapa da avaliação é fundamental nesse processo, já que os(as) sujeitos(as), equipe pedagógica e estudantes, estão em constante mudança, principalmente com a cultura digital na sociedade contemporânea. Segundo Lucena (2016), essa cultura está relacionada à forma como as pessoas utilizam e se apropriam dos espaços digitais.

Em harmonia, Magalhães, Reis e Gehlen (2023) destacam que o PPP deve estar articulado com a visão social da escola, buscando o envolvimento de toda comunidade escolar no diálogo da elaboração e reelaboração desse documento.

Precisamos, no momento da escrita do Projeto Político Pedagógico, **repensar no propósito da escola** bem como na **importância do seu papel social**, determinar como devem ser as ações a serem executadas por todos envolvidos no processo educacional. O Projeto Político Pedagógico é o resultado da mediação entre a realidade interna da escola e o contexto social no qual está inserida (Magalhães; Reis; Gehlen, 2023, p. 4, grifos nossos).

É preciso que as práticas docentes, os instrumentos avaliativos, as metodologias de ensino, a relação professor(a)-aluno(a), os materiais didáticos, o currículo, entre outras questões didático-pedagógicas estejam alinhados à intencionalidade da escola e estejam evidentes nesse documento.

O PPP precisa manifestar os seus princípios, apresentando as intenções educativas e pedagógicas, tais como metas, valores e objetivos. Deve estar em harmonia com as políticas educacionais, informar as questões financeiras, administrativas, sobre a infraestrutura da instituição e demais informações relevantes, pois esse documento institui a cultura organizacional da escola, assim como destacado por Libâneo (2004).

Nóvoa (2022) menciona que a escola necessita de uma reorganização, transformação, em sua estrutura, desde os aspectos curriculares até os ambientes de aprendizagem. Destacamos que é necessário que o PPP esteja em constante reconstrução, sendo fundamental o papel da coordenação nesse processo.

Nesse sentido, Guedes, Silva e Garcia (2017) pontuam que esse documento precisa incluir as diversidades, pensando em uma educação que seja para todos(as). É fundamental que nesse diálogo de construção tenha a participação e envolvimento da comunidade escolar:

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

[...] falar em PPP e DH é expressar um ensino para todos, é situar a escola num universo de identidades, de conflitos, de saberes diversos e de problematização das questões sociais. Num processo de construção participativa, todos os sujeitos devem auxiliar na elaboração, implementação e avaliação do projeto, objetivando uma formação para a cidadania (Guedes; Silva; Garcia, 2017, p. 582).

Acrescentamos que esse diálogo também precisa ter o envolvimento da comunidade externa, principalmente, porque a instituição escolar possui um papel educacional, mas também um papel social, tal como apontam Guedes, Silva e Garcia (2017). Por essa razão, destacamos que o(a) coordenador(a) pode auxiliar nessa articulação entre a comunidade escolar e comunidade externa.

Além desses aspectos, pontuamos que, devido o PPP apresentar interesses político-ideológicos, muitas vezes, esse documento pode entrar em contradições com o que os(as) sujeitos(as) da escola acreditam/defendem. Oliveira (2018, p. 381) explana que,

[...] os processos ensinoaprendizagem ocorrem em meio à tessitura de práticas cotidianas em redes, muitas vezes contraditórias, de convicções e crenças, de possibilidades e limites, de diálogos e embates. Do mesmo modo, os textos das políticas curriculares oficiais são formulados no seio das mesmas contradições e também estão presentes nas escolas. (Oliveira, 2018, p. 381).

Essas contradições também podem ser percebidas nas políticas-práticas. Para Oliveira (2018), as políticas educacionais e as práticas que acontecem no ambiente escolar são um processo indissociável, pois uma influencia a outra.

Outro ponto que evidenciamos nesse processo é que existem relações de poder, assim, como enfatizam Moreira e Silva (2002, p. 28): “se existe uma noção central à teorização educacional e curricular crítica é a de poder. É a visão de que a educação e o currículo estão profundamente implicados em relações de poder que dá à teorização educacional crítica seu caráter fundamentalmente político [...]”. Essa relação de poder também pode ser identificada no PPP.

Salientamos que esse documento define a identidade da escola. As teorias presentes e ausentes no PPP manifestam interesses político-ideológicos. Tais aspectos terão impacto nas práticas docentes e no modo que os(as) coordenadores(as) desenvolvem seu exercício profissional.

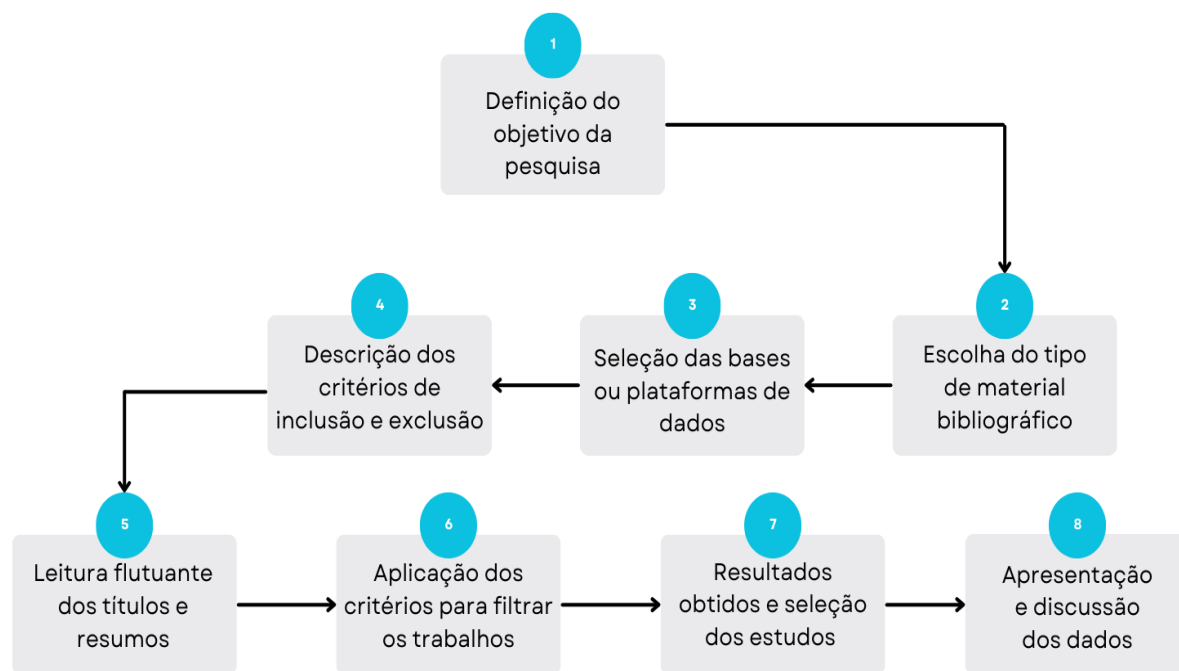
Reiteramos também que, para que a instituição escolar seja um ambiente mais inclusivo, democrático e que respeite as diversidades, essa visão precisa estar evidente nos documentos da escola. A presença dessa visão nos documentos não garante a eficácia desses princípios, mas

pode conduzir e motivar as práticas dos(as) sujeitos(as), especialmente dos(as) coordenadores(as) e professores(as).

### 3 Percurso metodológico

Neste estudo adotamos a abordagem qualitativa (Flick, 2009) e, para o método, a pesquisa bibliográfica (Pizzani *et al.*, 2012). A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de materiais bibliográficos, podendo ser artigos, dissertações ou outros materiais, sendo seu propósito o mapeamento/revisão da literatura de um determinado campo científico. É importante que as etapas sejam detalhadas, buscando cumprir o rigor científico-metodológico, conforme evidenciamos na figura 1 a seguir.

Fig. 1 - Percurso da pesquisa bibliográfica em plataformas ou bases de dados



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Pizzani *et al.* (2012).

Dessa forma, realizamos o levantamento bibliográfico em duas bases de dados: Educ@<sup>5</sup> e SciELO<sup>6</sup>, e na plataforma de Periódicos da CAPES<sup>7</sup>, buscando identificar os artigos

<sup>5</sup> Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_home&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso).

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.scielo.org/pt/>.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscaador-primo.html>.

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

científicos, entre 2019 e abril de 2024. Como critérios de inclusão, artigos relacionados ao coordenador(a) da educação básica e o PPP foram incluídos. E como critérios de exclusão, pesquisas que não tinham relação com a temática deste estudo, duplicadas, outros materiais sem ser artigos e que não eram dos últimos cinco anos, não foram analisadas.

Obtivemos 143 resultados nas plataformas e bases de dados e, após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, bem como realizar a leitura flutuante dos títulos e resumos das produções, identificamos os artigos que mais se aproximavam do objetivo proposto. Observe o quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico

PLATAFORMA E BASE DE DADOS	DESCRITORES E PALAVRAS-CHAVE	RECORTE TEMPORAL	RESULTADOS OBTIDOS	QUANTIDADE SELECIONADA
Educ@	Projeto político pedagógico [Assunto] <i>and</i> coordenador pedagógico [Todos os índices] <i>or</i> coordenação pedagógica [Todos os índices]	Sem recorte temporal	24 resultados	01 artigo
SciELO	Projeto político pedagógico [Assunto] <i>and</i> coordenador pedagógico [Todos os índices] <i>or</i> coordenação pedagógica [Todos os índices]	2019 a abril de 2024	31 resultados	Nenhum
Periódicos da CAPES	(coordenador pedagógico <i>OR</i> coordenação pedagógica) <i>AND</i> (projeto político pedagógico)	2019 a abril de 2024	88 resultados	04 artigos

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Pode-se verificar que, na SciELO não identificamos produções científicas que tivessem relação com o PPP e a coordenação pedagógica. Já no Portal da CAPES, foram encontrados quatro artigos, sendo um dos artigos, o mesmo encontrado na base Educ@<sup>8</sup>. No total foram selecionados quatro artigos para análise, sendo estes estudos apresentados no quadro 2 abaixo.

<sup>8</sup> A pesquisa de Rosário e Papi (2022) foi encontrada no Portal da CAPES e na Educ@.

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

Quadro 2 - Estudos selecionados

AUTORIA	ANO	TÍTULO DA PESQUISA
Brisolla e Dutra	2019	Projeto político-pedagógico da escola: o elemento essencial do trabalho do coordenador pedagógico
Rosário e Papi	2022	Coordenação Pedagógica: atuação junto aos professores para a inclusão escolar
Menezes, Oliveira e Sedano	2023	A Nova BNCC e a Organização por Áreas do Conhecimento: Desafios ao Desenvolvimento Profissional do(a) Coordenador(a) Pedagógico(a)
Sampaio e Lopes	2023	O Desempenho do Coordenador Pedagógico Frente à Execução do Projeto Político Pedagógico da Escola

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A seguir, apresentaremos os achados das pesquisas de Brisolla e Dutra (2019), Rosário e Papi (2022), Menezes, Oliveira e Sedano (2023) e Sampaio e Lopes (2023) e discutiremos com o aporte teórico fundamentado nesta investigação.

#### 4 O que os resultados revelaram?

Brisolla e Dutra (2019) pontuam que, um dos desafios do(a) coordenador(a) é o empreendimento da gestão democrática na escola, assim, é necessário que a coordenação pedagógica estimule a prática dos(as) professores(as) em um viés crítico e emancipatório para que os(a) alunos(as) construam o pensamento crítico e reflexivo. Essas práticas devem ser contextualizadas com a realidade dos(as) estudantes:

A leitura contínua da realidade, como ação complexa, envolve amplo olhar ao universo educacional, considerando o contexto social, político, econômico e cultural, as concepções pedagógicas, a função social da escola, a formação contínua, o currículo e as práticas pedagógicas. Cabe salientar que, nesse processo de leitura, insere-se o PPP, que não pode ficar de fora (Brisolla; Dutra, 2019, p. 34).

É fundamental que tais propostas estejam descritas no PPP, tal como propõe Libâneo (2004). Esse documento é “um poderoso instrumento político e pedagógico” (Brisolla; Dutra,

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

2019, p. 34), pois contém um posicionamento político-ideológico, mas também objetivos educacionais.

Brisolla e Dutra (2019) acrescentam que a atuação da coordenação e as ideias presentes nesse documento são influenciadas pela cultura da instituição escolar. Ressaltamos que essa cultura expressa uma ideologia e essa ideologia irá refletir nas práticas docentes, nos currículos e nas interações sociais da escola.

Moreira e Silva (2002, p. 29-30) afirmam que:

[...] no caso do currículo, cabe perguntar: que forças fazem com que o currículo oficial seja hegemônico e que forças fazem com que esse currículo aja para produzir identidades sociais que ajudam a prolongar as relações de poder existentes? Essas forças vão desde o poder dos grupos e classes dominantes corporificado no Estado - uma fonte central de poder em uma educação estatalmente controlada - quanto nos inúmeros atos cotidianos nas escolas e salas de aula que são expressões sutis e complexas de importantes relações de poder. Nesse sentido, é importante não identificar o poder simplesmente com pessoas ou atos legais, o que poderia levar a negligenciar as relações de poder inscritas nas rotinas e rituais institucionais cotidianos.

Reiteramos que a cultura organizacional é marcada por relações de poder e, conforme declara Oliveira (2018), é preciso pensar nas políticas-práticas como um processo que há rupturas, já que as concepções ideológicas das políticas e dos documentos curriculares impactam nas práticas cotidianas.

Rosário e Papi (2022, p. 2) apontam que, a atuação da coordenação pode contribuir na “melhoria do trabalho da escola”, como também mencionaram Placco, Almeida e Souza (2015). No entanto, é indispensável que o(a) coordenador(a) e a comunidade escolar pensem na inclusão escolar e isso precisa ser evidente no PPP, mas também nos planejamentos e nas práticas docentes.

Pontuamos que é importante “[...] interrogar o modelo educativo e curricular homogeneizante e os processos por meio dos quais ele favorece a produção de falsas homogeneidades, reduzindo o direito à diferença, e até que ponto essa falsa homogeneidade nos descaracteriza enquanto sujeitos de diferenças” (Oliveira, 2013, p. 376). A presença ou ausência da inclusão escolar nos documentos da instituição pode manifestar a concepção de sociedade e de educação que ela defende.

Já Menezes, Oliveira e Sedano (2023) trazem a perspectiva do papel do(a) coordenador(a) no contexto da reforma do ensino médio. É essencial que o PPP seja

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

reformulado, buscando atender as especificidades do “novo” ensino médio, como, por exemplo, a organização interdisciplinar do currículo.

Menezes, Oliveira e Sedano (2023, p. 254) esclarecem que “[...] é necessário conhecer os documentos legais que servem de base para a criação do novo Ensino Médio, bem como refletir sobre os aspectos sociopolíticos na perspectiva de compreender os interesses do Estado nas políticas educacionais [...]”. Ainda que as autoras estejam se referenciando às políticas da etapa do ensino médio, defendemos que a compreensão das políticas públicas, federais, estaduais e municipais, e dos documentos da instituição de ensino deve ser um papel de toda comunidade escolar. Pontuamos que o(a) coordenador(a) pode mediar esse diálogo nas formações em lócus.

Além disso, nos estudos de Sampaio e Lopes (2023), os autores identificaram um distanciamento da atuação didático-pedagógica dos coordenadores(as) entrevistados(as), principalmente para o acompanhamento dos planejamentos e das práticas dos docentes, com propósito de observar se o PPP está sendo articulado:

[...] esse profissional está mais envolvido em outros setores da escola, ou seja, se desligando da sua principal função pedagógica e exercendo outras funções escolares, o que não é tido como papel principal desse profissional, por isso acaba por causar carência no meio escolar, desde a prática do docente em sala de aula, até o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico, como também no processo de ensino aprendizagem do aluno e seu rendimento escolar (Sampaio; Lopes, 2023, p. 17).

Esse distanciamento pode ser ocasionado devido o(a) coordenador(a) realizar múltiplas funções no ambiente escolar, bem como, pelo excesso de trabalho, tal como esclarecem Menezes e Sedano (2022) e Oliveira e Nunes (2023). É necessária uma definição evidente da figura desse(a) profissional na escola, garantindo que suas atribuições específicas sejam efetivadas.

Além do mais, a articulação do PPP é um papel indispensável aos coordenadores(as), pois, como pontuam Sampaio e Lopes (2023, p. 27) esse documento “[...] é o principal instrumento que a escola possui para organização do seu trabalho, por isso deve estar bem claro o que fazer, para que fazer e por que fazer”.

Sampaio e Lopes (2023) acrescentam sobre a importância do trabalho coletivo na construção e reelaboração desse documento. Elas destacam que o(a) coordenador(a) pode sensibilizar a comunidade escolar nas discussões do PPP. Reiteramos que a principal atribuição dos(as) coordenadores(as) é a formação contínua dos(as) professores(as), logo, nos momentos

formativos, o(a) coordenador(a) pode promover diálogos e estudos em torno das ideias centrais do PPP.

Defendemos que a concepção da formação contínua, a qual acontece na escola, tem como objetivo promover, incentivar e contribuir no desenvolvimento profissional dos(as) docentes (nas aprendizagens individuais e coletivas, em suas práticas, na autoformação e outros aspectos). Desse modo, os(as) coordenadores(as) podem ter como proposta a discussão intencional das questões presentes e ausentes do PPP, buscando o aperfeiçoamento nos documentos da instituição e em suas práticas.

## 5 Considerações finais

O propósito deste artigo foi analisar o que as pesquisas científicas estão discutindo sobre a relação entre o PPP e o papel do(a) coordenador(a) pedagógico(a). Realizamos o levantamento bibliográfico no Periódicos da CAPES, na Educ@ e na SciELO, sendo identificados os artigos que mais se aproximavam da proposta deste estudo.

Por meio dos resultados obtidos, percebemos a lacuna nos artigos sobre essa temática, sendo uma temática ainda incipiente nos últimos anos. Além disso, os resultados evidenciaram que o PPP deve ser contextualizado com a realidade dos(as) estudantes e atender as especificidades da instituição escolar.

O(a) coordenador(a) possui um papel essencial na articulação do trabalho pedagógico e na elaboração e reestruturação desse documento. O ideal é que a comunidade externa participe dos diálogos de (re)construção do PPP e não somente a comunidade escolar. Consideramos que a mediação entre ambas as comunidades podem ser articuladas pelo(a) coordenador(a).

Destacamos que o PPP pode ser discutido no campo das políticas-práticas curriculares por apresentar interesses político-ideológicos, isto é, não existe neutralidade. Esse documento manifesta a cultura organizacional da escola, sendo essa marcada por ideologias que irão refletir nas práticas docentes, na atuação do(a) coordenador(a), nos currículos e nas demais dinâmicas e relações dessa instituição.

Sugerimos a necessidade em se ter mais investigações, teóricas e empíricas, que busquem discutir o processo de democratização do PPP, bem como a importância da atuação da coordenação pedagógica na (re)elaboração desses documentos. Esperamos que esta pesquisa

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

contribua na visibilidade das atribuições didático-pedagógicas dos(as) coordenadores(as), especialmente na articulação do PPP.

### Referências

APPLE, M. W. Repensando ideologia e currículo. *In*: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 39-57.

BRISOLLA, L. S.; DUTRA, N. L. L. Projeto político-pedagógico da escola: o elemento essencial do trabalho do coordenador pedagógico. **Dialogia**, [s.l.], n. 33, p. 33-46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13496>. Acesso em: 11 maio 2024.

FLICK, U. Pesquisa qualitativa e quantitativa. *In*: FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 39-49

FRANCO, M. A. do R. S. Prática Pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 24, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVspzTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2024.

GUEDES, J.; SILVA, A. M.; GARCIA, L. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 98, n. 250, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3332>. Acesso em: 20 maio 2024.

GUEDES, N. C. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/view/4815>. Acesso em: 7 mar. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCENA, S. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 59, p. 277-290, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Mh9xtFsGCs6HRpCWWM5XhvL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 ago. 2024.

MAGALHÃES, L. M.; REIS, I. G.; GEHLEN, S. T. Paulo Freire e a Democratização da Educação: A Importância do Projeto Político-Pedagógico como Instrumento de Transformação. **Revista de Iniciação à Docência**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/11949>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

MELO, M. J. C. de; ALMEIDA, L. A. A. de; LEITE, C. Negociação das políticas/práticas curriculares: O desenvolvimento profissional de professores (as) orientado para a decisão curricular. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Dw8zPDcjPh4mV7tY7Rv9nCj/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MENEZES, L.; SEDANO, L. As condições de trabalho do(a) coordenador(a) pedagógico(a) e seus desafios: um olhar para a etapa do ensino médio. **Debates em Educação**, [s.l.], v. 14, n. 35, p. 353-374, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13300>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MENEZES, L. C. F.; OLIVEIRA, R. R. G. de; SEDANO, L. A nova BNCC e a organização por áreas do conhecimento: desafios ao desenvolvimento profissional do(a) coordenador(a) pedagógico(a). **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 251-259, 2023. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/10045>. Acesso em: 10 maio 2024.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 7-37.

NÓVOA, A. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, E. G. de; NUNES, C. P. O coordenador pedagógico nas políticas públicas de educação do Brasil. **Olhar de Professor**, [s.l.], v. 26, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/21110>. Acesso em: 2 fev. 2024.

OLIVEIRA, I. B. de. Currículo e processos de aprendizagemensino: políticaspráticas educacionais cotidianas. **Currículo sem fronteiras**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 375-391, 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. da; BELLO, S. F.; HAYASHI, M. C. P. I. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **RDBCI: revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53-66, 2012. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf\\_2](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896/pdf_2). Acesso em: 27 mar. 2024.

PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de; SOUZA, V. L. T. Retrato do coordenador pedagógico brasileiro: nuances das funções articuladoras e transformadoras. In: PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de (org.). **O coordenador pedagógico no espaço escolar: articulador, formador e transformador**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

DOI: 10.24024/23585188v18n1a2025p0870100

ROSÁRIO, G. C. de S. do; PAPI, S. de O. G. Coordenação Pedagógica: atuação junto aos professores para a inclusão escolar. **Práxis Educativa**, [s.l.], v. 17, p. 1–17, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21458>. Acesso em: 11 maio 2024.

SAMPAIO, I. M. de S.; LOPES, R. E. M. O Desempenho do Coordenador Pedagógico frente à Execução do Projeto Político Pedagógico da Escola. **ID on line. Revista de psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v. 17, n. 68, p. 14-45, 2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3843>. Acesso em: 11 maio 2024.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 156 p